

# O POVO DE AVEIRO

FOLHA DO POVO E PARA O POVO

## PREÇO DAS ASSIGNATURAS

EM AVEIRO—ANNO 50 (NUMEROS) 1\$000 RS., SEMESTRE (25 NUMEROS) 500 RS.  
FORA D'AVEIRO—ANNO (50 NUMEROS) 1\$125 RS., SEMESTRE (25 NUMEROS 570) RS.  
BRAZIL, (MOEDA FORTE) E AFRICA ORIENTAL... 2\$000 RS.

## PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

AS ASSIGNATURAS DEVEM SER PAGAS ADIANTADAS

## PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

NA SECÇÃO DOS ANUNCIOS—CADA LINHA 15 RS.  
NO CORPO DO JORNAL—CADA LINHA 20 RS.  
NUMERO AVULSO 20 RS., OS 100 RS. NO BRAZIL.  
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ALFANDEGA, NUMERO 7.

## AVEIRO

## VENDIDOS

Realisaram-se por inteiro as nossas previsões. Conheciamos de ha muito o caracter dos chefes republicanos e de ha muito que sabiamos que nunca os moveu o bem commum, os interesses da democracia e da patria na supposta lucta republicana que haviam empenhado. Eram uns ambiciosos ridiculos, ridiculos, porque nem reparavam que lhes faltava talento, tacto e senso para encobrirem as ruins paixões que os guiavam! Eram uns torpes, sem as minimas noções de brio e pundonor para terem remorsos de andar ludibriando a boa fé popular, a ingenuidade d'esses simples que, no amor cego pela crença republicana, no desvairamento dos principios que adoravam, iam até cobrir de vituperios e calumnias, como succedeu comnosco, os que lhes diziam a verdade rudemente, os que não tinham contemplanções nem transigencias com os seus idolos, ao mesmo tempo que eram renitentes em cerrar os ouvidos á voz da razão e em fechar os olhos á luz da evidencia. Uns infames, que preferiam as machinações occultas com a scucia monarchica á politica republicana de conciliação e de paz que tantas vezes aqui lhe propozemos, enquanto nos iam apontando como discolos e vendidos ao governo á corja miseravel de carneiros que lhes aceitavam todas as perfidias e lhes applaudiam todas as miserias. Até que enfim! E' hoje que podemos dizer com o maior desassombro, com a maior firmeza, com a maior verdade:—**Os vendidos são elles!** Vendidos, e malditos da consciencia publica!

Miseraveis, que não temos apostrophes bastante violentas para vos arremessar a esse rosto de lama! Biltres, que andastes ahí calunniando todos os homens honestos que vos percebiam o jogo, para ajoelhades no fim aos pés do throno que tanto enlameaste! Miseraveis sois e miseravel, e degradada e pulha comvosco é parte d'essa plebe ignara que, não contente de transmittir a vossa baba aos poucos e raros caracteres elevados que vos expozeram as pustulas, ainda teve vinte votos para vos sancionar a evolução infamissima para o sr. D. Luiz de Bragança. Vinte votos! Houve vinte delegados de gremios e jornaes ditos republicanos que approvaram a fusão, e n'outra parte provamos que é uma verdadeira fusão, a fusão do seu partido com o grupo immoral e devasso do sr. Barjona de Freitas. Vinte votos! Oh suprema irrisão e suprema vergonha! E andamos nós aqui ha-dez annos a sacrificar a nossa mocidade, a nossa saude, as nossas aptidões, o nosso dinheiro e o nosso tempo pela regeneração d'esses parias, d'es-

ses escravos, d'essa raça desprezível que não merece senão a albarda que lhe distribuiu o sr. Marianno de Carvalho e o chicote dos agentes do auctoritarismo monarchico. Dez annos de lucta, dez annos d'esperança, dez annos de trabalho insano, para chegarmos á solução barjonacea-republicanacea que se nos apresenta na frente! Hão de concordar que faz nojo.

Faz nojo, é o termo! Nunca escrevemos nenhum artigo com menos irritabilidade e mais tranquillidade do que este. Resaltamos o tedio de cada palavra. Parámos de tres em tres linhas com um aborrecimento profundo. Não é o cansaço pela lucta que nos invade n'este momento. Não; é o mais profundo desprezo. Pois que? Pois nós, guerrilheiro da ultima tenacidade, atirador feroz e sem treguas, que nunca furtou o peito ás balas do inimigo nem recebeu a sevilhana fadista com que nos procuravam as costas, nós que achavamos alento no numero do inimigo, tanto mais encarniçado em o perseguir quanto mais numeroso elle se nos affigurava, havíamos de sentir irritabilidade por o vermos cahir no monturo, n'uma derrota ingloria e triste? Não; sabi-nos tão fraco, tão covarde, tão pulha, tão reles, que seria até uma covardia não descancar carabina. Vão-se, que a nossa missão terminou.

Cem vezes vos causticámos as ulceras com ferro ardente. Mas a gangrena ia funda; o remedio foi inutil! Cem vezes erguemos a viseira deante de vós, chamando-vos a combate leal e singular. Fugiste sempre, porque fostes sempre uns grandissimos covardes. Não houve phrase sangrenta que vos não cuspissemos. E sempre impassiveis, sempre cynicos, sempre indignos! O vosso silencio era a vossa condemnação. Calavam-se na imprensa, porque... nos desprezavam as diatribes. Tinham razão, eram coherentes uma vez na sua vida. Desprezavam o brio e a honra. E como não? Os que desprezavam as mais tremendas das accusações por parte de quem se orgulha d'uma vida impolluta, eram os mesmos que desprezam hoje todo um codigo de doutrinas democraticas, de affirmações republicanas, de reivindicaciones livres para cahirem aos pés do throno abraçados ao mais immoral dos homens e ao mais depravado dos politicos. Ide-vos, ide-vos com o Barjona de Freitas que ides bem. Ide-vos, devassos, ide-vos falsarios, que ides em boa companhia. Ide-vos, e ainda bem que demonstrastes um passado de mentiras, que é a mais segura garantia do vosso futuro de trapaças. Ide-vos, que nós tambem nos vamos, mas para casa.

Para casa, agoniados d'esta turba multa depravada em que nos envolvemos por desgraça. Porque não se esqueça a plebe de que as suas responsabilidades são tão grandes, como a d'esses apostatas, d'esses renegados que á ultima hora se converteram em levitas da realza brigantina. Não ouviu as nossas accusações documentadas e pro-

vadas, não porque seja ignorante, mas porque é má e depravada. Não fechou os olhos á luz da evidencia e não cerrou os ouvidos á razão, tanto porque fosse ingenua como porque estava desmoralizada e corrupta. *Os povos tem os governos que merecem. Então, á vontade!*

Sempre o dissémos:—a nossa missão de combate terminava, ou no dia em que os chefes republicanos dessem ao partido a orientação de que estava carecendo, ou quando a verdade fosse tão evidente sobre as accusações que sustentavamos, que não restasse mais duvidas a ninguém. Restarão ainda, por ventura, apesar dos factos que se deram nos ultimos dias? Isto está tão podre, tão baixo e degradado, que é possível. Embora; não queremos mais experiencias, nem carecemos de mais provas.

Sejam, por hoje, as nossas ultimas palavras as mesmas que escreviamos no n.º 191 do *Povo de Aveiro*, de 11 d'outubro de 1885:

«Quereis a nossa morte? Pois sim, ha de vir, mas ainda é cedo. Ha de vir para vivermos na saudade do lar, no doce remanso da familia, a regar as plantas e a podar as arvores, entre a creança que é boa e o camponez que é ingenuo. Ha de vir, para curtirmos amargas desillusões longe de vós todos, mais repugnantes e mais bestas de que o burro trabalhador e fiel do almocreve e o boi manso e paciente da lavoura.»

Havia de vir e chegou. Mas antes d'entrarmos n'esse adoravel jardim que nos espera, com licença, limpemos os pés no capacho da politica.

Para o lunatico da rua do Arsenal, ha inconveniente em o partido republicano ser dirigido por altos funcionarios do Estado, porque a monarchia tendo direito a defender-se tem direito a perseguir os. Inconveniente ha, mas não porque a monarchia tenha o direito a defender-se. E' exactamente pelo motivo contrario. E' porque a monarchia tendo a força tem o direito de ser despota. Se fosse democrata, se reconhecesse os direitos de cada um, não existia o inconveniente referido. Assim, não respeitando as opiniões do funcionario publico, se este dirigir um partido inimigo ha de vacillar entre a perseguição de que pode ser alvo e o cumprimento recto do seu dever. D'ahi o inconveniente em que concordamos. Com a differença de que o sr. Carvi quer que esse inconveniente exista com todos os regimens, porque quer a escravidão perpetua do funcionario, e nós queremos que esse inconveniente desapareça, porque queremos o funcionario livre como todos os cidadãos n'um regimen de liberdade.

E posto isso, o resto nada tem que ver com a elegibilidade que se discute.

A centessima contradicção e a millesima tolice:

«No nosso entender o funcionario do Estado pode, no seu foro intimo, ser republicano. dar o seu voto aos funcionarios d'este partido, auxilia-lo até sempre que não haja incompatibilidade com o juramento prestado, mas nunca deve vir a publico atacar a monarchia, que jurou defender, senão rompendo para sempre com ella, porque esse ataque não nos parece ser acto muito digno, desde que é um perjuro. Tudo isto vae parecer ao *Povo de Aveiro* muito peregrino, mas o publico achal-o ha muito logico e muito justo.»

Pois está claro! Porque o não ha de achar o publico muito logico e muito justo? E' muito logico que o funcionario seja no seu intimo republicano, dê o voto aos republicanos, auxilie os republicanos sem deixar de ser compativel com o juramento de defender e zelar as instituições. E é muito justo que o funcionario seja indigno e seja perjuro em particular não o sendo em publico. O funcionario não falta ao seu juramento, quando por todas as formas prejudique em segredo a monarchia; indigno e perjuro só o é quando tenha a dignidade de ser sincero e a coragem de arrotar com a franqueza.

No fim de contas o Grão Lama é mais tolo de que nós o julgavamos.

## EM DOCE GAVACO

Continuemos em tom auctoritario e galhofeiro, auctoritario em não lhe admittir as insidias e galhofeiro, porque só de galhofa se podem levar tolices d'aquella natureza, a responder ás banalidades, aos absurdos e ás contradicções frequentes do respeitavel sr. José Carvi.

Começa o illustre sr. por uma longa apologia de Pi y Margall. Ora, primeiro de que tudo, deixemos dizer-lhe o seguinte:— seja leal em discutir com os adversarios. Bem sabemos, e d'essa reputação goza ha já muitos annos, que o sr. José Carvi tem uma predilecção especial por confundir tudo. Mas... para nós de nada valem as suas confusões, que lh'as desfazemos com duas penadas! Entretanto, melhor seria poupar-nos a esse trabalho.

Quem lhe contestou o talento e a honestidade de Pi y Margall? Quem lhe disse cousa que se parecesse com isso? O que se lhe estranhou foi a infallibilidade que pretendia attribuir a esse pontifice do federalismo. Acha mal cabida a palavra pontifice? Mas, se o é, quem tem a responsabilidade do mau cabimento é o sr. José Carvi!

O sr. José Carvi defendeu n'um artigo a incompatibilidade legislativa de todos os funcionarios do Estado. Respondemos, contestando essas opiniões. O sr. José Carvi, em lugar de replicar com principios e factos, porque factos só

com factos se contestam, veiu-nos com esta tolice:—«essas opiniões não são minhas, são do sr. Pi y Margall, são do congresso de Saragoça. Se você quer que lhe responda, discuta primeiro as opiniões do sr. Pi e do congresso.»

Ora os leitores já viram argumentação mais risivel? E depois estranha que chamassemos pontifice ao eminente escriptor hespanhol. Foi o sr. que o collocou n'essa categoria! Se o não queria assim, declarasse, logo que escreveu o primeiro artigo, que não tinha opiniões definidas sobre cousa nenhuma, porque, se não nos dava novidade, tinha ao menos o merito de ser franco, ou em lugar de pôr o seu nome por baixo do artigo, pozesse o nome do sr. Pi y Margall.

Vale um mundo. Escreve como propheta, em artigo de fundo, mas quando lhe apontam as tolices que disse, desatou a berrar que se foram tolices tambem incorreu n'ellas o sr. Pi y Margall e o congresso de Saragoça. Ora quem argumenta d'essa forma está definido e nem galhofa merece, senão para entreter os leitores.

Escusava, pois, de gastar uma columna em elogios laudatorios ao sr. Pi y Margall. Ninguém contesta, repetimos, o talento, a honestidade e os serviços do sr. Pi. Mas nem esse talento, nem essa honestidade, nem esses serviços, nem cousa nenhuma nos obrigam a concordar com tudo o que diz o escriptor hespanhol,—nem a considera-lo absoluto e infallivel em todas as suas opiniões. Essa infallibilidade é só para o Grão Lama do federalismo portuguez. O Grão Lama não discute, nem murmura das sentenças superiores. O sr. Pi disse, o sr. Pi escreveu? Elle que disse, elle que escreveu, é porque elle sabe! O Grão Lama crusa os braços reverente e a côrte da rua do Arsenal cahe de joelhos n'uma profunda adoração. D'onde se vê que o ridiculo não é para o sr. Pi, mas para os seus vassallos. Tanto, que o sr. Pi nem dá por a existencia d'estes seus subditos portuguezes. Por consequencia, não senhor, ninguém teve aqui o intuito de tratar com menos respeito o eminente escriptor hespanhol. A troça não era para elle, Deus nos livre d'isso, era para si, sr. Grão Lama do federalismo portuguez. Ponha de parte o sr. Pi.

Passando adeante, allega o sr. Carvi que dissemos que sua s.ª queria deitar ao ostracismo os funcionarios publicos. Não dissemos tal, valha o nossa Senhora! Os funcionarios publicos riem-se, como se ri toda a gente, das suas pyramidas theoricas. Falámos-lhe, sim, em ostracismo, mas n'aquelle tom de galhofa que o sr. foi o primeiro em reconhecer. Nunca n'esse tom de seriedade em que nos fala das suas altas determinações. Que se importa o funcionalismo e que se importa o mundo com o que o sr. quer? Porque sabe o que elle quer? E' isto:—«A sociedade organizada em communas federadas e autonomas dispensa essa monstruosa e aniquiladora machina chamada burocracia, que vae desde o che-

fe do estado ao cabo de policia, tudo individualidades revestidas d'um poder tradicional e divino. Vejam, pois! Em elle tendo o poder, é logo uma sociedade em communas sem funcionarios publicos. Nem um! Nem o cabo de policia, que anda revestido de poder divino! Elle dispensa tudo.

E não quer então que lhe falem em tom de galhofa. Tenha paciência, a culpa é sua, se o não tomámos a serio. Nem o tomámos nós nem o toma ninguém. Até aqui eram os funcionarios publicos expulsos dos seus direitos politicos e, em lugar d'elles, o bello sexo a legislar em S. Bento. Agora é uma sociedade em que não haja funcionario nenhum, nem mesmo o humilde, o simples, o não estipendiado cabo de policia, por ser... um representante divino! Ai, pobre republica, com republicanos d'esta categoria! O cabo de policia abominado e lançado ás feras como... representante da auctoridade divina! Só da cabeça d'aquelle Grão Lama.

Que se importa o functionalismo e que se importa o mundo com o que o sr. quer?

Mas bem. O homem não pede a reforma do functionalismo, a eliminação dos seus abusos, a cura d'essa febre emprego-mania que invadiu Portugal. Isso não, que se elle o pedisse teria ao pé de si a opinião de toda a gente sensata e elle está destinado a ser o alto da risota de toda a gente que pensa. O que elle não quer é funcionarios publicos. Tomou a serio o nosso galhofeiro conselho e atirou-os ao ostracismo a todos. Entretanto, fazendo-nos o soberano favor, e já agora d'alli tudo o que vem é favor, de transigir com o presente, quer que o funcionario seja empregado enquanto lhe convenha. Vamos lá, que já não é pequena concessão que nos faz. Poderia querer que o funcionario fosse empregado sem lhe convir, o que seria um pouquinho despotico. Ora louvado seja Deus, que o sr. José Carvi é mais liberal de que nós o julgavamos! Quer, então, que o funcionario seja empregado em quanto lhe convenha. Quer mais que elle exerça todos os seus direitos civicos em plenissima liberdade, que vá aos comicios exigir pelo mandato imperativo ao seu candidato as reformas que entender urgentes e justas, que fale e escreva em favor dos seus principios. Reparem, reparem bem os leitores, que vamos deparar com um cumulo. Attentem bem no que elle quer, elle o sabio, elle o reformador, elle o grande homem da republica da rua do Arsenal, attentem e notem essas palavras que mui de proposito pozemos em grypho. Elle quer que o funcionario publico exerça todos os seus direitos em plenissima liberdade, que reclame as reformas que entender urgentes e justas, que fale e escreva em favor dos seus principios. Mas anda a gente meia duzia de linhas para deante e, no meio da gargalhada que nos está inesperada, depara-se com outra cousa que elle quer. Elle quer tambem, e ahi vai o cumulo, que o funcionario no estado monarchico não defenda os principios republicanos, nem defenda os principios monarchicos no estado republicano. Se fizer o contrario é um perjuro, é um indigno (textual), porque falta á fé jurada.

«Ha de perdoar o dizer-lhe que, sendo o estado monarchico, todos os funcionarios são obrigados a prestar o juramento de defender a monarchia. A monarchia tem tanto direito a defender-se como a republica. No dia em que a monarchia sentir que os funcionarios republicanos a combatem ataca-los ha perseguindo-os com justificados motivos porque são perjuros. Supponhâmos que amanhã se proclama em Portugal a Republica! O Povo de Aveiro admitiria que os monarchicos ferenhos entrassem para os altos cargos do Estado republicano, jurassem de defender as institui-

ções republicanas e ao mesmo tempo na imprensa, comicios e clubs se apresentassem descaradamente a atacar a Republica? Manda a equidade que não devemos querer para os outros o que não queremos para nós.»

Isto lê-se e a gente não se zanga, não obstante as contradicções e as monstruosidades que ahi ficam. A gente galhofa, porque para um doide assim só a troça é que serve. Em primeiro lugar os leitores viram o cumulo da maliquice n'esse insensato que não sabe o que pensa, nem o que diz, nem o que quer. Quer o que não quer e não quer o que quer. Quer que os funcionarios publicos exerçam os seus direitos em plenissima liberdade, mas encontra justificados motivos em a monarchia os perseguir quando os exercem. Quer que exijam dos seus candidatos as reformas que entender urgentes e justas, mas entende em boa equidade (a equidade d'elle!) que a monarchia persiga os funcionarios que reclamem reformas democraticas ou vice-versa. Quer que os funcionarios falem e escrevam, mas ai d'elles se escreverem contra as instituições que condemnna na sua consciencia.

Não inventámos, nem sophismámos. As palavras do nosso antagonista ahi ficam rigorosamente citadas e transcriptas.

E' ou não verdade o que dissemos, que o homem quer o que não quer e não quer o que quer? E' doide ou não é doide? E' isto, isto que não liga duas phrases sem se contradizer, que não escreve duas palavras sem as pôr á bulha uma com a outra, que não tem uma ideia sã sobre cousa nenhuma, que anda para ahi a proclamar a orientação mental e a disciplina do espirito! Um cumulo, verdadeiramente um cumulo.

Mas, passando um instante da galhofa, e que sugentámos esse doide, para o campo da repugnancia, que as suas proposições ás vezes nos inspiram, não podemos deixar de manifestar o nosso tedio pelos mais reaccionarios e anti-democraticos de todos os principios. Quando nós todos, que prezamos a liberdade, andámos aqui ha tantos annos n'uma lucta ardente pela abolição de todos os juramentos, surge-nos per deante um figurão, que tambem já se disse inimigo d'esse odioso despotismo, a justificar e defender o juramento politico. Justificação clara, defeza sem rodeios. Lá diz elle que a monarchia tem justificados motivos a perseguir os funcionarios perjuros. E, não contente com isso, avança que a republica tambem não pode admitir a combate-la os individuos que hajam jurado defendê-la. Quer dizer, admite e defende o juramento nas instituições republicanas.

Nunca vimos tamanho desplante, tão audaz descaramento. E notem que é um ultra, um avançado, um discolor que não cessa de gritar para ahi contra o espirito reaccionario e conservador dos dirigentes republicanos. O diabo que escolha entre uns e outros.

Não repara, o misero, que defendendo o juramento e defendendo o direito das instituições a perseguir os que faltarem á fé jurada negou a evolução do espirito humano e sancionou todas as arbitrariedades. Não repara que ainda torna a recusar por essa forma todos os direitos civicos a uma classe numerosa e importante. Não repara que converte, d'esse modo, o funcionario publico n'um servo, n'um automata, n'um escravo, sem consciencia para sentir as dores da sua patria e sem dignidade para se revoltar contra as torpezas do senhor. Não repara que defendendo o juramento e chamando indignos aos funcionarios perjuros, vai condemnar todas as transformações politicas e sociaes dos ultimos seculos e enojar a memoria dos martyres laureados da

civilização. Não sabe que entre os iniciadores e os vencedores das maiores revoluções estão muitos funcionarios, que não livrariam a humanidade de despotas e preconceitos odiosos sem faltarem á fé jurada? Não sabe, porque não sabe nada. E' um doide muito petulante, e como petulante julgando-se um heroe, quando no fundo basta este artigo para mostrar que não passa d'um insignificante. Um doide, que ainda tem a ousadia de nos perguntar se admitiriamos que os funcionarios monarchicos atacassem a Republica n'um regimen republicano! Não, porque começariamos por nunca admitir, como admite vossa illustre senhoria, uma Republica com o juramento religioso ou politico. Não, porque em lugar d'uma Republica d'exclusivismos republicanos, queremos uma Republica de liberdade para todos. O funcionario publico teria todo o direito de combater a Republica, porque antes de funcionario haviamos de o considerar cidadão. Não lhe admitiriamos os meios revolucionarios, porque n'um regimen liberal são criminosas as revoluções armadas. Mas pela palavra, mas pela penna, ou no comicio, ou na tribuna, ou na imprensa, só um espirito despotico com apparencias de liberalão como o do illustre José Carvi, seria capaz da monstruosidade de lhe impedir a livre manifestação do seu pensamento. Sim, um espirito despotico, que, com a capa de intrasigente e exaltado, não ha auctoritario sem licença do Grão Lama do federalismo portuguez. E a prova vê-se n'esta questão do functionalismo. Elle, o liberalão, elle, o emancipador, elle, o equalitario, não visa com as suas peregrinas theorias senão a converter os funcionarios publicos n'uma classe de servos! Nem mais, nem menos.

Porém... que se importa o functionalismo e que se importa o mundo com o que elle quer e com o que elle pensa?

Voltando á galhofa, já nos vamos rir d'outra contradicção do illustre José Carvi. Aquillo, as palavras, andam-lhe como os actos e como as ideias, sempre á bulha umas com as outras. A segunda palavra nunca está d'accordo com a primeira que escreveu. Querem ver?

Como os leitores repararam, para o nosso homemsinho é perjuro e é indigno o funcionario publico que combate a monarchia. Pois no fim do seu artigo desata a elogiar-nos, a nós, que somos funcionario, pelos relevantes serviços, que temos prestado á causa republicana com a nossa penna, com a nossa palavra e com o nosso exemplo d'uma humildade e abnegação muito louváveis. Isto é, somos indigno e somos digno pelo mesmo motivo! En'estas contradicções flagrantes e ridiculas enche cinco columnas d'um jornal.

Encheu cinco columnas, falou sobre todas as asneiras que lhe vieram á cabeça, mas sobre o verdadeiro objecto em questão não disse nada! A nossa argumentação positiva e clara, com que lhe desfizemos as teias d'aranha que armou sobre a inelegibilidade dos funcionarios publicos, não respondeu cousa nenhuma. Apenas voltou com o disparate, a que já respondemos, de que se o sr. Theophilo Braga fosse deputado ficava perdido o curso superior de letras, porque o sr. Theophilo Braga não tinha tempo para estudar as questões litterarias e as questões publicas. Mas quem lhe deu o direito de medir o cerebro dos outros? Já é atrevimento. O sr. Theophilo Braga não tem tempo para estudar as questões litterarias e as questões publicas! Dá vontade de rir como sempre.

De resto, já lhe dissemos que o sr. Theophilo Braga pode muito bem accumular as duas funções de professor e deputado. E quando não podesse, melhor era que os alumnos lhe aprovei-

tassem a capacidade no tempo em que lhe fosse possível reger a sua cadeira, do que perdê-la por inteiro. Se o sr. Theophilo é um talento, mais convem á patria que esse talento se exerça em dois ou tres ramos da actividade publica que n'um só. E o que se diz do sr. Theophilo Braga diz-se de todos os funcionarios publicos.

Vocifera mais o sr. Carvi que o funcionario é uma aptidão no seu cargo, de que a sociedade precisa, e põe ponto na questão. Oh homem de Deus ou do diabo, então o funcionario é preciso ou não é preciso? Então vossa illustre senhoria berra por um lado que o funcionario é um parasita, que o dispensa muito bem na sua republica em communas autonomas federadas e agora já o acha tão preciso, tão importante, que dispensa-lo uma hora do exercicio do seu cargo constitue um desequilibrio nacional? Ahi está elle outra vez em desacordo consigo mesmo. Pois veja lá se consegue harmonisar-se e depois fale.

E agora, para lhe respondermos a outra picuinha, não terminaremos sem lhe lembrar que nunca tivemos receio d'ocultar o nosso nome para cousa alguma d'esta vida. Se não fosse um maluco, sabia-o muito. Mas fique n'isso d'uma vez para sempre. O nosso nome nunca se occultou nem se occultou, como nunca deixámos d'ir a certas reuniões por medo de sua magestade. Se não vamos lá, é para não ouvirmos nem os seus disparates, nem os d'outros que lhe correspondem.

E como este artigo vai muito longo, mais longo até do que nós queriamos, ficará para domingo a questão da pena de morte. Descance, que ainda havemos de mostrar mais a sua insignificancia de que o fizemos hoje!

O sr. Carvi applaude o facto da Republica franceza não admitir a elegibilidade dos officiaes militares para senadores ou deputados. Até pode applaudir a circumstancia da Republica franceza ter tirado o voto a milhares de cidadãos pela desgraça de serem militares! Mas vai-se vendo que é d'uma ignorancia profunda e d'uma contradicção flagrante em todas as cousas. Elle aqui entende que o funcionario não pode ser deputado, porque, sendo-o, abandona o seu lugar e abandonando-o lesa a sociedade. (Lesar a sociedade e ao mesmo tempo chama dispensavel e parasita ao funcionario publico!) A Republica franceza tanto não obedece a esse intuito e tanto não receia essa lesão, que só não admite que o official exerça funções legislativas quando esteja no serviço de fidei-jus. Sabe-se que no senado francez ha muitos officiaes e de varias patentes.

De resto bem sabemos que quando elle grita contra a Republica franceza, não é contra o que ella tem de mau, mas contra o que ella tem de bom. E' assim em muita cousa.

## A proposta do sr. Jacintho

Votaram a favor:

Gil Carneiro—Centro Republicano Democratico.  
Antonio Luiz Ignacio—Idem.  
Feio Terenas—Club Escolar Artístico.  
Teixeira Junior—Club Razão e Justiça.  
Castello Branco—Centro Republicano do Calvario.  
Branco Malhóa—Idem.  
Coelho da Silva—Club do Povo do Bispo.  
Victorino Braga.  
Jacintho Nunes—Club Thomarense.  
Agostinho Manuel de Souza—Club Fernandes Thomaz.  
Pena Monteiro.  
Teixeira Simões—Gazeta das Aldeias.

Gomes da Silva—Folha Nova.  
Rodrigues de Souza—Club União Republicano.  
Antonio Arruda Furtado—Club Republicano Federal (Ponta Delgada).  
Frederico Lopes—Evolução.  
Alves Correia—Redactor do Seculo e da Propaganda Democratica.

José Maria Pereira—Gazeta de Coimbra.

J. Moura.  
Carlos Maria Pereira—Verdade.

Votaram contra:

Alexandre José Alves—Club Washington.

Alfredo Gonçalves—Comissão José Liberato.

Antonio Augusto Macedo—Centro Fraternidade Republicana.

Antonio Maria Brito—Club Borges Carneiro.

Antonio Maria de Souza—A Voz do Artista.

Augusto José Vieira—Directorio do partido republicano da Madeira.

Damazio da Graça—Club Xavier de Paiva.

Eduardo Augusto Pinto—Centro Fraternidade Republicana.

Eduardo Fernandes Alves—Club Fernão Vasques.

Eduardo Neves Coelho—A Discussão.

Felizardo de Lima—Club Democratico Commercial.

Francisco Pereira Batalha—Sentinella da Fronteira.

Francisco Bernardo Pinto Saraiva—Club Borges Carneiro.

João Antonio Campos—Club Gilberto Rolla.

João Gonçalves—Centro Republicano dos Anjos.

Joaquim de Freitas—Club Phoebus Moniz.

Luiz Godinho—Club Vieira da Silva.

José Dias Leandro—Club Passos Manuel.

Manuel d'Arriaga—Club Henriques Nogueira.

Thomaz da Terra—Democrata (da Horta).

Manuel Christo Paschoa—Club Victor Hugo.

Manuel Guilherme da Silva—Comissão Xavier d'Arruda.

Manuel Joaquim da Silva e Souza—Povo (Funchal).

Manuel Marques de Almeida—Club Washington.

Octaviano Correia de Carvalho—A Republica (Funchal).

Segundo o dizer do Grão Lama, os funcionarios publicos não são funcionarios da nação portuguez, mas funcionarios do estado monarchico. Uma pergunta só: — se amanhã fosse proclamada a republica entre nós, entende que deveriam ser demittidos todos os officiaes militares, todos os professores d'instrução primaria, secundaria e superior, todos os magistrados, finalmente, o functionalismo em peso que tem servido com a monarchia? Para a gente não deixar de se rir, elle é capaz de responder que sim. Então está bem. Mas se pensar um momento no absurdo, na injustiça e na arbitrariedade de tal determinação, verá logo que não sendo o functionalismo demittido com a mudança de regimen, como em bom direito não pode ser demittido, e como de facto nunca o foi em parte nenhuma do mundo é porque o functionalismo, á face do bom senso e na consciencia de todos é da nação e nunca de regimen nenhum, salva aquella parte que constitue a galopinagem dos governos. O juramento não é senão um despotismo, um attentado ás liberdades das minorias, que tem tanto direito como as maiorias á representação e gerencia nos negocios officiaes e publicos. Despotismo reconhecido n'esse mesmo facto do functionalismo se não demittir com a queda dos regimens, nem o regimen novo tomar essa iniciativa. O functionalismo é tanto da nação que os officiaes militares, os funcionarios considerados como mais si,

geitos á ordem estabelecida, só podem ser demittidos por *sentença dos tribunales* e nunca por decreto de qualquer outro poder.

Já vê que ninguém tem culpa da sua falta de tino e da sua petulancia.

## Carta de Lisboa

5 de Agosto.

O acontecimento de maior importancia na semana, e de verdadeira importancia em absoluto, foi a proposta do sr. Jacintho Nunes, na ultima sessão do congresso republicano, para que o partido d'este nome se colligasse com o grupo do sr. Barjona de Freitas nas luctas da politica. Essa proposta levantou tempestuosa discussão no seio do congresso, fazendo com que a sessão se demorasse até ás seis horas da manhã e sendo afinal regeitada por 25 votos contra 20.

O caso é grave, como se vê, e tem sido alvo dos commentarios dos jornaes e de toda a gente que pensa um pouco em politica. E tanto para os jornaes, como para o publico, a proposta do sr. Jacintho Nunes, no fundo, não representa senão a abdicção dos ideaes republicanos, o reconhecimento official da monarchia, a negação, ou a *renegação*, da historia toda do partido republicano e a confirmação ultima de que os dirigentes não passam d'uns especuladores e uns trampoleneiros da peor especie. Não é difficil demonstra-lo.

Segundo os dirigentes, os seus amigos e os seus jornaes, a proposta do sr. Jacintho Nunes não tinha em mira converter o partido republicano ao monarchismo, mas apenas fazê-lo mudar de processos politicos. Isto é, o sr. Jacintho Nunes querendo que se auxiliasse o sr. Barjona de Freitas, não pretendia outra coisa, d'accordo com os seus collegas José Elias, Theophilo Braga, Consigliere Pedroso e Magalhães Lima, senão que o partido republicano obtivesse rasgadas reformas democraticas da monarchia, reformas que lhe aplanassem o caminho e lhe preparassem o triumpho. Assim o definiram no congresso o sr. Jacintho Nunes e o sr. José Elias, assim o confessou o primeiro n'uma carta ao *Correio da Noite*, assim o escreveu o *Seculo* e a *Folha do Povo*.

Pois bem; accetemos a declaração como boa. Mas n'esses casos, os chefes republicanos não só acabaram de provar a sua incapacidade e a sua ausencia completa de convicções, mas também que são uns refinadissimos patifes, que não tem feito em toda a sua vida publica mais do que mentir e ludibriar o povo.

Nunca os dirigentes republicanos deixaram de dizer nos seus discursos, nas suas publicações e nos seus jornaes, que a causa e motivo unico de todas as nossas desgraças era o rei e só o rei. Milhares, ou milhões de vezes, porque só n'um discurso o sr. Magalhães Lima o dizia um milhão d'ellas, os dirigentes confessaram que eram impossiveis todas as conquistas e reformas justas na sociedade portugueza, por melhores que fossem as intenções de qualquer partido monarchico ou de qualquer homem, porque o rei se oppunha a tudo. Todo o mundo sabe isto; julgámos que não haveria um unico homem n'este paiz, que ande ao corrente das cousas politicas, que não tenha de memoria essas declarações. Entretanto, para que seja incontestavel do principio ao fim a nossa argumentação, para que não haja duvidas, ahi vão os factos.

No *Seculo* de 5 de Julho, note-se que foi apenas ha um mez, em artigo não assignado e por consequencia de responsabilidade de toda a redacção, lia-se isto: «Por melhores que sejam as intenções de qualquer homem de Estado, afigura-se-nos que nada

lhe será permittido fazer, enquanto existir o Paço, o foco de todas as intrigas e de todos os desconcertos politicos.» E tres dias depois, a 8 de Julho, em artigo também não assignado, o *Seculo*, n.º 1995, escrevia isto: «Por isso, ao vermos o que por ahi vai de tranquibernias financeiras e de escandalos e injustiças de toda a ordem, nós não podemos deixar de repetir a todos os momentos que o mal está na Ajuda, que o rei é a causa principalissima da nossa ruina financeira e economica. E' o rei o verdadeiro responsavel pela nunca vista desmoralisação, que hoje se alastra d'um modo estupendo pelo paiz.»

Dizia isto o *Seculo*. O sr. Jacintho Nunes, esse escrevia em fevereiro de 1879: «O rei é tudo. O povo é nada.» Em fevereiro de 1883: «No rei concentram-se todos os poderes da nação.» Em março de 1886: «Portugal é patrimonio do sr. de Bragança.»

Eram estas, por consequente, as opiniões de todo o partido republicano. «O rei é tudo, o povo é nada. Por melhores que sejam as intenções de qualquer homem d'estado, nada lhe será permittido fazer, enquanto existir o Paço.» Sentenças, irrevogaveis na forma, dos soberanos pontifices da democracia portugueza.

Pois bem; depois d'isso tantas vezes affirmado, surge-nos o sr. Jacintho Nunes a declarar que não teve em mira com a sua proposta converter o republicanismo á monarchia, mas obter d'esta reformas importantes e concessões de vulto e o *Seculo*, por entre insidias sem nome para os que não acceitaram a proposta, defende-a calorosamente e queima os ultimos cartuchos em prol dos principios do sr. Jacintho Nunes. Quer dizer, os chefes republicanos não tem seriedade, porque são mentirosos e são calumniadores. Se hoje entendem que o partido republicano se deve unir aos monarchicos, para obter d'elles reformas e concessões de vulto, mentiram, e caluniarão o rei infamemente, quando disseram que da monarchia eram impossiveis todas as concessões democraticas porque o rei se oppunha a tudo. Mentiram e caluniarão, quando disseram que por melhores que fossem as intenções de qualquer homem d'Estado tudo lhes seria vedado enquanto existisse o Paço. Se hoje entendem de necessidade capital para o partido republicano unir-se ao sr. Barjona de Freitas, é porque o sr. Barjona pode favorecer a democracia com medidas d'alto alcance e o rei se não oppõe a essas medidas. E então, ha sete annos que não fazem outra coisa senão mentir ao povo e caluniar o rei. São mentirosos convictos, são calumniadores confessos. E isso bastaria para que nem um só delegado, activo de caracter e com algum raciocinio e memoria, lhes votasse a proposta. E isso seria razão demasiada para que os chefes republicanos sabissem pela janella da sala do congresso, tendo entrado pela porta.

Mentiram sempre a esse povo ingenuo e simples, que preferia diffamar os que lhe diziam a verdade, os que lhe apontavam o erro, os que lhe descobriam a crapula. Ainda hontem o *Seculo* mentia ao afirmar que o congresso reelegu por unanimidade o directorio, quando não fez mais do que alargar-lhe os poderes por tres mezes, e ao dizer que conferira ao mesmo directorio um voto unanime de confiança, quando a regeição da proposta do sr. Jacintho Nunes não foi mais do que um voto solemne de desconfiança ao corpo dirigente. Mentiu pela millesima vez, como vilão ruim que é!

Não; a proposta do sr. Jacintho Nunes não visava a pacto nenhum. Era a pilula dourada de uma conversão ao monarchismo. Assim começaram e assim começaram todos os apostatas. Também Cairoli negava em Italia a sua

transformação realista quando já entrava em negociações com os monarchicos para a sua apostasia revoltante. Também Martos, também Montero Rios, também Becerra, também Echegaray em Hespanha faziam os mais ardentos protestos de republicanismo e juravam de nunca abandonar a Republica, quando já tinham posto em almoeida o seu valor politico. Também Emilio Olivier declarava um dia na camara franceza as suas convicções republicanas e era no dia seguinte ministro do imperio. Não; assim começaram e assim começaram todos os apostatas. E' de todos os paizes e de todos os tempos.

«Eu não tinha outro fim, exclama o sr. Jacintho Nunes, senão levar o partido republicano a mudar de processos politicos.»

Como assim? Então v. ex.ª ainda n'outro dia proclamava aos quatro ventos da terra, n'uma especie de manifesto imperial publicado no *Seculo*, que era indispensavel recorrer á revolução e que pela sua parte punha de lado os meios eleitoraes para sempre, e já hoje não vem propôr a aliança com um grupo monarchico? Como assim? Que confiança nos merecem as suas convicções, de v. ex.ª, que ainda ha quatro mezes era partidario da revolução e já hoje nos surge defensor á *outrance* da mais meliflua e pacata de todas as evoluções? Como assim? V. ex.ª não via que não tinha auctoridade para fazer uma proposta d'aquellas, desde que as suas opiniões duram o tempo das rosas?

Não era só o sr. Jacintho Nunes. Era o sr. Magalhães Lima, eram muitos outros. Todos elles clamavam voz em grita que era indispensavel recorrer á revolução. Pois hoje, é esse mesmo *Seculo*, que ainda achava a monarchia tão podre, em artigos incendiarios d'outro dia, que só pela dynamite se poderia tratar, é esse mesmo sr. Jacintho Nunes que punha de parte a evolução, são todos esses vinte delegados, que na maioria afinavam pelas theorias revolucionarias dos idolos, que nos veem propôr a mais doce confraternidade *evolutiva* com o sr. Barjona de Freitas! E' d'indignar os mais indifferentes e pacatos.

Queriam dar vida ao partido republicano? Porque lh'a não dão com aquella organização seria e forte, que reclamamos aqui ha tanto tempo? Porque não procuraram sanar as feridas que o roem? Porque não acceitam as propostas de conciliação, que tantas vezes lhe temos feito aqui? Esse é que seria um trabalho patriotico e d'abnegação. Mas como não dava proveitos pessoas, poz-se de parte. Preferiu-se ajoelhar aos pés do sr. Barjona de Freitas, do sr. Barjona, que só pelo seu nome basta para affastar de si um partido de moralidade, a estabelecer no gremio republicano a paz, a conciliação e a harmonia de que tanto carece.

Sr. Jacintho Nunes: — o que fez da bandeira do programma que houteu no congresso passado e no livro que publicou ha dez mezes? Tudo esqueceu, na soffreguidão do accordo monarchico!

Pois bem; illudam, illudam o publico simplorio, com a certeza de que vos accreditará os sophismas. Occultem todas as vossas más intenções e disfarcem todos os vossos intuitos criminosos. Os mesmos que vos regeitaram as propostas, serão os mesmos que vos hão de defender. Nós, é que por tudo que fica exposto e pelo conhecimento profundo que de longa data vos temos, ficaremos intimamente convencidos de que cahistes de todo no lodaçal da monarchia. E o futuro o dirá. Pois ide-vos em paz.

Y.

## NOTICIARIO

«Povo de Aveiro» vende-se em Lisboa, na rua do Arsenal, n.º 96.

## AOS SRS. ASSIGNANTES

Pedimos aos srs. assignantes, a quem ha dias nos dirigimos por carta, o obsequio de mandarem satisfazer os seus debitos á administração d'este jornal, para não soffrerem interrupção na remessa do mesmo.

A'quelles que já mandaram satisfazer agradecemos penhoradissimos.

Por absoluta falta d'espaco não publicamos hoje a carta da Bairrada, de que pedimos desculpa ao nosso estimado correspondente. Retiramos também a maior parte do noticiario por o mesmo motivo.

Na segunda-feira de tarde houve para os lados da estação uma desordem entre alguns carreiros, motivada por lhes quererem abater 20 réis em cada carro de sal transportado do esteiro da Fonte Nova para o caminho de ferro.

Os homens não se conformaram com isto e combinaram não acaretar o sal, em vista do abatimento que se lhes queria fazer. Um d'elles, porém, não annuiu, resultando d'ahi uma confusão dos diabos. Interveio a policia e muito depois chegava uma força de 15 praças de cavallaria, que prendeu cinco carreiros e duas mulheres, que vieram para a cadeia ne meio da força.

Quem nos lê ha de julgar que a desordem foi muito séria. Pois engana-se. Aquillo não passou de palaviado e nada mais. Bastaria meia duzia de guardas civis para acalmar aquelles pobres diabos. E' raro, porém, a policia fazer cousa de geito, porque se dirige sempre com modos arrogantes, o que faz com que uma pequena questão tome ás vezes grandes proporções. Aprendam primeiro a fazer serviço e depois apresentem-se, porque evitarão assim de ser censura los.

As mulheres vieram juntamente com os homens para a cadeia, no meio da cavallaria, não havendo sequer a lembrança de as mandar acompanhadas por um policia. Haveria receio de que ellas fugissem?

Como tudo isto é vergonhoso!

Na noute de quarta-feira os amigos do alheio tentaram assaltar a casa aonde habita a sr.ª D. Maria do Carmo Rezende, á rua do Açougue. O assalto foi dado pelo lado do quintal, chegando os gatunos a escalar um bocado de parede, depois de tentarem arrombar uma porta, que felizmente não cedeu aos seus impulsos.

Como desconflassem que aquella senhora houvesse recebido n'aquelle dia 400\$000 réis d'um bocado de terreno que vendeu da sua casa incendiada na rua Direita, suppõe-se que os gatunos fossem alli com o fim de lh'os roubar, ignorando-se por onde elles saltassem para o quintal.

Torna-se necessaria a maior vigilancia da parte da policia. Abi fica o aviso.

Partiram hontem para a praia d'Espinho, onde vão abrir uma filial da sua casa de modas estabelecida n'esta cidade, os srs. Simão Monteiro de Carvalho & C.ª

Em outra secção vae a despedida.

Voltamos novamente a chamar a attenção do sr. commissario de policia para o foco da rua do Espirito Santo. Consta-nos que s. ex.ª, depois da nossa ultima noticia, ordenára algumas providencias tendentes a remediar o mal, mas infelizmente continúa o abuso dos despejos para a rua, ainda que em menor escala, principalmente da parte d'uma mulher que habita no predio a que já nos referimos.

E' indispensavel que o sr. commissario de policia proceda com toda a energia, intimando o dono do predio, o padre Maio, a mandar fazer alli um encanamento,

porque só assim cortará o mal pela raiz. Enquanto s. ex.ª não fizer isto, parece-nos que elle existirá sempre de pé.

Confiamos que s. ex.ª nos não fará voltar ao assumpto, intimando sem demora o usurario do padre a fazer uma obra que é da maior necessidade.

Assim o esperamos.

Quando na segunda-feira a mulher de Joaquim da Silva Palavra estava a preparar a refeição para o jantar, aproximou-se da lareira, e, sendo accommetida d'uma apoplexia fulminante, cahiu sobre as grelhas, já cadaver. O lume, comunicando-se-lhe então á roupa, carbonisou-lhe horriavelmente parte do corpo.

O homem estava n'esse dia para Ovar, e uma irmã da victima, que ia procural-a, é que deparou com o tristissimo espectáculo, que alvorçou toda a visinhança.

A infeliz estava estabelecida ha muitos annos com taberna no Alboy. Era uma boa mulher, sendo muito conhecida por o nome de *Quina*.

Na terça-feira, depois das 9 horas da noute, houve grande reboliço no bairro do Alboy, por causa d'um pobre diabo que, depois de beber a sua *pinga*, vinha pela rua da Alfandega a cantarolar. Um cabo da policia preveniu-o para que se calasse, mas o homem parece que fez pouco caso d'isso, pelo que lhe foi dada voz de preso. Quando, porém, se viu agarrado, fez um esforço e safou-se, indo recolher se em casa d'uma parenta no Alboy. O cabo e alguns guardas correram atraz do homem, mas já não poderam agarral-o.

Haveria excesso da parte do cabo ao tentar fazer a prisão? Não sabemos, mas o que é certo é que o homem vinha a cantar muito soceadamente.

O que, porém, se tornou d'um grande ridiculo foi o sr. commissario mandar cercar a casa onde o homem se havia recolhido por uns poucos de guardas civis, de clavina em punho, com ordem de o prender logo que elle tentasse sahir.

Isto é pouco sério. Porventura o homem tinha commettido crime de tão alta gravidade, que se tornasse preciso tanto apparato bellico? Pois o sr. commissario de policia não poderia evitar tudo isto, visto que o caso era de pouca importancia, mandando chamar no dia seguinte o homem á esquadra e proceder depois como entendesse de justiça?

Ainda não ha muito tempo que para os lados da beira-mar um individuo deu algumas machadadas na porta da propria habitação, com o fim de matar a mulher, ao que obstaram alguns visinhos, e não nos consta que se tomasse a attitude que agora se tomou n'um acontecimento sem gravidade nenhuma comparado com aquelle. Coisas...

Nós não defendemos o homem, mas achamos simplesmente ridiculo tanto espalhafato. Foi um espectáculo para rir.

Valha-os Deus com tanta tolice.

Na administração de S. Thiago de Caeem realisou-se no dia 18 do passado o casamento civil do sr. Ricardo Malvero, com a sr.ª D. Maria José, ambos d'aquella localidade.

## DESPEDIDA

SIMÃO MONTEIRO DE CARVALHO & C.ª, tendo retirado para a praia de Espinho, onde foram abrir a filial da sua casa de modas, na fórma dos annos anteriores, despedem-se dos seus numerosos clientes e amigos, offerecendo-lhes os seus serviços n'aquella praia, onde se conservarão por toda a epocha balnear.

Toda a correspondencia deve ser dirigida a Simão Monteiro de Carvalho & C.ª

BIBLIOGRAPHIA

Historia de Victor Hugo. — Sabiu o 16.º fasciculo d'esta obra, de Cristobal Letran, e traduzida por Teixeira Bastos. Veja-se o respectivo annuncio.

A Martyr. — E' um interessante romance editado pela empreza dos Serões Romanticos. Recebemos o fasciculo 30. Assigna-se em Lisboa na rua da Cruz de Pau, 26.

A Illustração Portugueza. — Recebemos o n.º 2 do quarto anno d'esta revista litteraria e artistica, que continúa a fer a melhor accettazione da parte do publico. Assigna-se na Travessa da Queimada, n.º 35, 1.º andar—Lisboa.

O Camões. — Recebemos o n.º 5 d'este semanario de litteratura e sciencias, que se publica no Porto, e de que é administrador o sr. A. Guinães. Veja-se o annuncio.

Revista de Medicina Dosimetrica. — Recebemos o numero 8 do 8.º anno. Assigna-se na pharmacia J. B. Birra, Loyos, 36—Porto.

PUBLICAÇÕES

PROPAGANDA REVOLUCIONARIA — A bancarrota ou a republica? Verdades amargas ao povo POR Paulo da Fonseca

Summary: — I. O dia terrivel; II. A monarchia e a Republica; III. A Republica é a ordem; IV. A eterna farga constitucional; V. A burla das reformas politicas; VI. A onda sobre; VII. Evolução ou revolução?

Acha-se á venda em todos os kiosques e livrarias de Lisboa. Commissão vantajosa de 30 por cento aos vendedores. Pedidos e requisições das provincias, acompanhados da respectiva importancia, em vale do correio, dirigidos ao auctor, rua da Arrabida, 64, 1.º—LISBOA.

Preço 100 réis

Edição monumental

HISTORIA

DA REVOLUÇÃO PORTUGUEZA DE 1820

Illustrada com os retratos dos patriotas mais illustres d'aquella epocha

4 VALIOSOS BRINDES A CADA ASSIGNANTE

Tem sido distribuidos com a maxima regularidade 15 fasciculos d'esta obra e o 1.º BRINDE, trabalho de alto valor artistico que mereceu os maiores elogios dos competentes.

Já está concluido o primeiro volume. As capas para a encadernação são feitas expressamente para esta edição.

A capa em separado custa 500 réis. Para os assignantes que preferirem receber a obra aos fasciculos, continúa aberta a assignatura.

LOPES & C.ª successores de CLAVEL & C.ª

EDITORES

119, RUA DO ALMADA, 123 — PORTO

O Camões

SEMANARIO

Romances, contos, viagens, sciencias ao alcance de todos, curiosidades, anedotas, charadas, poesias, actualidades, biographias, revistas do theatro, criticas litterarias, humorismos, cousas uteis, narrativas historicas, leituras de familia, moral e religião, educação, progressos artisticos, maravilhas da industria, commemorações patrias, descrições de monumentos, antigualhas, usos e costumes estrangeiros.

Cada numero consta de quatro paginas, a tres columnas, bom papel e typo. Publica-se aos domingos.

O preço da assignatura para o Porto, é de 48000 réis por anno, 500 réis por semestre e 250 réis por trimestre; para a provincia, 15200 réis por anno, 600 réis por semestre e 300 réis por trimestre. Numero avulso, 20 réis; fóra do dia, 40 réis.

Aos srs. correspondentes na provincia abonar-se-ha a commissão do costume, responsabilizando-se por qualquer numero de assignaturas.

Escrptorio da administração, rua dos Caldeireiros, 250—Porto.

Tambem se recebem assignaturas na Livraria Chardron, Lugan & Genelioux, successores, rua dos Clerigos, 96—Porto.

PUBLICAÇÕES DEMOCRATICAS

THEOPHILO BRAGA: — Historia das Ideias Republicanas em Portugal, desde 1640 até hoje, 600 rs. Soluções Positivas da Politica Portuguesa, 3 vols., 620 rs. Curso de Historia da Litteratura Portuguesa, 13500 rs. Miragens Seculares, poesia revolucionaria, 800, cart. para brinde 15000 rs.

TEIXEIRA BASTOS: — Programma Federalista radical, 60 réis. A Marselheza, texto, traducção, musica e retracto, 200 rs. Comte e o Positivismo, 200 rs. Catholicismo republicano para uso do povo, 120 rs. Vibrações do Seculo, poesia revolucionaria, 600 rs.

CARRILHO VIDEIRA: — Liberdade de consciencia e o juramento catholico, 120 rs. A Questão social, as Bodas Reaes e o Congresso Republicano, 160 rs. Almanach Republicano para 1866, XII anno, 120 réis.

PAULO ANGILO: — Os assassinos de Prim e a politica em Hespanha, 300 rs.

BIBLIOTHECA DAS IDEIAS MODERNAS: — Obras de Drapper, Lubbah, Wurtz, Lihrt, Schmidt, Sytor, Moleschatt, etc, 1.ª serie cart. 700 rs., os 10 vols. em br. 500 rs., cada um 50 rs.

Muitas obras de propaganda scientifica e republicana, allegorias da republica e retracos dos grandes homens. Envia-se os catalogos a quem enviar a importancia do porte a Carrilho Videira, rua do Arsenal, n.º 96, livraria, Lisboa.

ANGELINA VIDAL

A PROVOCACÃO

CARTA AO REI

A proposito do conflicto parlamentar entre o ex-ministro da marinha e o deputado Ferreira d'Almeida. — Preço 60 réis.

BIBLIOTHECA DA mocidade. — Director, — Francisco Silva, — Travessa da Espera, 63—Lisboa.

NOITES ROMANTICAS

EMPRESA EDITORA

F. N. Collares.



80 réis cada fasciculo de 32 paginas, ou 24 e uma estampa. Assigna-se em Aveiro, na rua dos Mercadores, 19.

MAIOR SUCCESSO LITTERARIO

A MARTYR

POR

ADOLPHO D'ENNERY

VERSÃO DE

João Pinheiro Chagas

Celobre romance procurado com excepcional interesse pelos leitores dos dois mundos e publicado no «Primeiro de Janeiro» e de que foi extrahido o drama actualmente em scena nos theatros Baquet e D. Maria II.

O romance A MARTYR, cuja edição é illustrada com gravuras, constará de dois volumes em 8.º, distribuidos em fasciculos semanais de 10 folhas d'impressão de oito paginas cada uma, ou 9 e uma gravura, a 10 réis cada folha, ou 100 réis cada fasciculo pagos no acto da entrega. A obra completa não terá nem mais de 10 nem menos de 8 fasciculos.

Para as provincias, os fasciculos serão enviados franco de porte, pelo mesmo preço que no Porto, mas só se accitam assignaturas que venham acompanhadas da importancia de 5 fasciculos adiantados.

A casa editora garante 20 por cento de commissão a quem angariar qualquer numero de assignaturas, não inferior a 5.

Accitam-se correspondentes em todas as terras do paiz, que dêem abono á sua conducta.

Toda a correspondencia deve ser dirigida a Eduardo da Costa Santos, rua de Santo Ildefonso, 4 e 6—Porto.

GUIA

DO

NATURALISTA

COLLECCIONADOR, CONSERVADOR E PREPARADOR

POR

EDUARDO SEQUEIRA

Com 73 gravuras e 7 planchas de especimens vegetaes

Um volume brochado, 600 réis. Pelo correio franco de porte a quem enviar a sua importancia em estampilhas. A livraria—CRUZ COUTINHO—Rua dos Caldeireiros, 18 e 20.—Porto.

ANNUNCIOS

NA execução da Fazenda contra Manuel Simões de Abreu, o Mestre, de Val de Ilhavo, vão á praça no dia 21 do mez de agosto, pelas 11 horas da manhã, os seguintes bens:

Um pinhal, sito na quinta dos Frades, que parte do norte com Domingos dos Santos Zina e do sul com João dos Santos Zina; e um bocado de vassada de terra lavradia, que parte do norte com Antonio Vicente e do sul com João dos Santos Curto, esta sita na Boiça, concelho de Ilhavo, freguezia de S. Salvador.

São citados quaesquer credores incertos.

O escrivão de fazenda, Antonio de Mello Borges.

Verificado.

Costa e Almeida.

JOÃO AUGUSTO DE SOUSA

COM

OFFICINA DE SERRALHERIA

EM

—AVEIRO—

FORNECE ferragens, dobradiças, fechos, fechaduras de todos os systems, parafusos de toda a qualidade, ferragens estrangeiras, cammas de ferro, fogões, chumbo em barra, prego d'arame, etc.

VENDA DE CASAS

VENDE-SE uma nova, alta, com quintal e poço, e construida de pedra, que faz frente para a rua da Sé e frente para a rua da Cadeia e tem sabida para a rua do Roxo. Quem a pretender falle na mesma com o dono.

Francisco Augusto Duarte.

ANGELO DA ROSA LIMA

COM

OFFICINA E DEPOSITO DE MOYERIS

Aveiro, Rua dos Mercadores, n.ºs 42, 44, 46, 50 e 52

TEM grande sortido de moveis, taes como: commodas, meias commodas, cadeiras de diferentes feitios, mezas de gostos diferentes, canas, lavatorios, toucadores, caixas de cabeceira, cabides etc., etc.

Tem tambem espelhos de crystal em diferentes tamanhos, assim como galerias, epatères e grande sortido de molduras de diferentes larguras em dourado e preto, o que tudo vende por um preço convidativo e sem competidor n'esta cidade.

BILHAR

Vende-se um, francez, de pau santo, em muito bom estado, com tacos, taqueira, tres bolas grandes, e cinco pequenas de jogar as russianas.

Quem pretender, n'esta redacção se diz.

Agencia Economica, Maritima e Commercial



Passagens nos vapores de todas as Companhias da carreira do Brazil (por preços baratos, sem competencia).

Preços em 3.ª classe para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos, incluindo passagem no caminho de ferro e conducção para bordo a

28:000 RÉIS

Para o Pará e Manaus sahirá de Lisboa o paquete MANAUENSE, em 14 de junho.

Para o Pará sahirá o paquete LANFRANC, em 26 de junho.

Para a provincia de S. Paulo dão-se passagens gratis.

Para informações e contrato de passagens, em Aveiro, rua dos Mercadores, 19 a 23.

Manuel José Soares dos Reis



concertam-se e cobrem-se com sedas nacionaes e outras fazendas.

Trabalhos perfeitos e preços barattimos.



Vinho Nutritivo de Carne

Privilegiado, auctorizado pelo governo, e approved pela junta consultiva de saude publica de Portugal, e pela Inspectoria Geral de Hygiene da corte do Rio de Janeiro

É o melhor tonico nutritivo que se conhece: é muito digestivo, fortificante e reconstituente. Sob a sua influencia desenvolve-se rapidamente o appetite, enriquece-se o sangue, fortalecem-se os musculos, e voltam as forças.

Emprega-se com o mais feliz exito nos estomagos ainda os mais debéis, para combater as digestões tardias e laboriosas, a dispepsia, cardialgia, gastrodynia, gastralgia, anemia ou inscção dos orgãos, rachitismo, consumpção de carnes, affecções escrophulosas, e em geral na convalescencia de todas as doencas aonde é preciso levantar as forças.

Toma-se tres vezes ao dia, no acto de cada comida, ou em caldo quando o doente não se possa alimentar.

Para as creanças ou pessoas muito debéis, uma colher das de sopa de cada vez; e para os adultos, duas ou tres colheres tambem de cada vez.

Esta dose, com quaesquer bolachinhas, é um excellente «lunch» para as pessoas fracas ou convalescentes; prepara o estomago para accitir bem a alimentação do jantar, e concluido elle, toma-se egual porção ao «toast», para facilitar completamente a digestão.

Para evitar a contrafacção, os envolveros das das garrafas devem conter o retracto do auctor e o nome em pequenos circulos amarellos, marca que está depositada em conformidade da lei de 4 de junho de 1883.

Acha-se á venda nas principaes farmacias de Portugal e do estrangeiro. Deposito geral na farmacia Franco—Filhos, em Belem.

Deposito em Aveiro na farmacia e drogaria medicinal de João Bernardo Ribeiro Junior.

Contra a debilidade

FARINHA PEITORAL FERRUGINOSA DA PHARMACIA FRANCO, unica legalmente auctorizada e privilegiada. E' um tonico reconstituente e um precioso elemento reparador, muito agradável e de facil digestão. Aproveita do modo mais extraordinario nos padecimentos do peito, falta de appetite, em convalescentes de quaesquer doencas, na alimentação das mulheres gravidas e amas de leite, pessoas idosas, creanças, anemicos, o em geral nos debilitados, qualquer que seja a causa da debilidade. Acha-se á venda em todas as pharmacias de Portugal e do estrangeiro. Deposito geral na pharmacia Franco—Filhos, em Belem. Pacote 200 réis, pelo correio 220 réis. Os pacotes devem conter o retracto do auctor e o nome em pequenos circulos amarellos, marca que está depositada em conformidade da lei de 4 de junho de 1883.

DEPOSITO em Aveiro, pharmacia e drogaria medicinal de João Bernardo Ribeiro Junior.

Contra a tosse

XAROPE PEITORAL DE JAMES, unico legalmente auctorizado pelo Conselho de Saude Publica de Portugal, e pela Inspectoria Geral de Hygiene, da corte do Rio de Janeiro, ensaiado e approved nos hospitaes. Acha-se á venda em todas as pharmacias de Portugal e do estrangeiro. Deposito geral na pharmacia Franco—Filhos, em Belem. Os frascos devem conter o retracto e firma do auctor, e o nome em pequenos circulos amarellos, marca que está depositada em conformidade da lei de 4 de junho de 1883.

Deposito em Aveiro na pharmacia e drogaria medicinal de João Bernardo Ribeiro Junior.